

## O TERRITÓRIO E IDENTIDADE COMO PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA COMPREENDER O (SUB) DESENVOLVIMENTO SEMIÁRIDO DO ALTO OESTE POTIGUAR.

*Francisco Jerri Alan de Oliveira*

Mestrando do Programa de Mestrado PLANDITES/UERN  
[jerrioliveira@gmail.com](mailto:jerrioliveira@gmail.com)

*Emanoel Márcio Nunes*

Professor do Programa de Mestrado PLANDITES/UERN  
[emanunes@uern.br](mailto:emanunes@uern.br)

### GT: 04 DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO.

#### Resumo

O presente trabalho que ora apresentamos é resultado das discussões realizadas na Disciplina: Tópicos Avançados em Desenvolvimento do Território pelo Programa de Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territorial no Semiárido- PLANDITES/UERN, ministrada pelo Professor Dr. Emanoel Marcio Nunes. Neste sentido, o trabalho tem como objetivo discutir algumas concepções abordando os principais conceitos discutidos na disciplina como desenvolvimento territorial, o conceito de território e identidade e sua relação com os casos de desenvolvimento territorial de Países Europeus como Itália, e partindo para o caso brasileiro e em especial do Semiárido do Nordeste e por último observar como nossa “Região Alto Oeste” está inserida ou não neste contexto do (sub)desenvolvimento do território do semiárido. Assim, para esse dialogo teórico foi realizado uma pesquisa bibliográfica que aborda esta temática como (PUTMAN, 2006), (PERICO, 2009), (SANTOS, 2004,2007,2008, 2012), (NUNES; SCHENEIDER, 2012,2013) entre outros. Partindo destes pressupostos teóricos procuramos levantar esta discussão sobre território e Desenvolvimento sobre a perspectiva da identidade e do desenvolvimento no território. Pode-se perceber pelos trabalhos empíricos que o território do Alto Oeste ainda não conseguiu criar uma identidade que a desenvolva, principalmente no âmbito do desenvolvimento rural como outros territórios analisados do Rio Grande do Norte como próprio sertão do Apodi que tem no associativismo e cooperativismo os pontos fortes para seu desenvolvimento rural.

**Palavras-chave:** Território; Identidade; (Sub)desenvolvimento; Semiárido do Alto Oeste Potiguar

## **01 Introdução**

A primeira ideia de elaborar este artigo surge das provocações inerentes a Disciplina: Tópicos Avançados em Desenvolvimento Territorial ministrada pelo Professor Dr. Emanuel Márcio como requisito do Programa de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Territorial do Semiárido – PLANDITES/UERN.

Dessa forma, uma das inquietações levantadas nas aulas foi a questão da identidade com o território como formas de desenvolver este espaço nas suas relações de trabalho, produção e comercialização nos territórios rurais. A discussão nos levou a questionar uma ausência significativa no Alto Oeste do semiárido do Rio Grande do Norte de uma Identidade territorial como já conhecemos no Seridó, Sertão do Apodi onde percebemos uma relação bem mais forte com este lugar pelo seu povo e território nas suas relações de trabalho, associação e consequentemente desenvolvendo-se nas atividades que são produzidas e potencializa gerando renda e melhores condições nestes territórios.

Neste sentido, nosso trabalho justifica-se pela necessidade de discutir esta temática apontando pressupostos que nos leve a descobrir porque o território do Alto Oeste ainda não tem uma Identidade Territorial que proporcione melhores perspectivas de Desenvolvimento Rural para a Região.

Como forma de organizar melhor as ideias apresentadas neste trabalho, o dividimos em três partes: a primeira compreende desta introdução como forma de apresentação e sistematização dos conteúdos. A segunda parte é o desenvolvimento do texto a partir do tópico três que inicia fazendo uma discussão teórica acerca dos conceitos de Território e Identidade como conceitos basilares dessa discussão. Ainda neste capítulo discutimos sobre os desafios de se criar uma identidade no território do Alto Oeste Potiguar. Por fim tecemos nossas considerações finais tendo por base os resultados discutidos.

## **02 Algumas concepções sobre Território e identidade**

Para iniciarmos nossa discussão é fundamental nos situarmos na categoria de análise acerca do conceito que norteia nossa discussão, neste caso, o território. Mas, afinal de que território estamos falando? Para responder essa pergunta inicial procuramos buscar em alguns autores que conceitua esse conceito. Neste sentido, segundo Santos, “O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas: o território tem que ser entendido como

*território usado*, não o território em si. (SANTOS [et al] 2007).

Seguindo este mesmo pensamento o autor explica melhor este conceito de território usado da seguinte maneira:

O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. (SANTOS [et al] 2007, p.14)

Percebemos veementemente segundo Milton Santos que para compreendermos o conceito de território é preciso atribuímos ao seu significado o uso, a vivência, onde a existência humana se concretiza. Neste sentido, o território como conceito basilar da geografia bem como de outras ciências configura-se atualmente como principal norteador dos estudos voltados ao desenvolvimento de políticas públicas territoriais.

Assim, este conceito reafirma sua importância quando lhes são atribuídas novas interpretações ao seu significado, como a Identidade que reforça ao território impregnando valores simbólicos e culturais de uma sociedade, região, Estado ou Nação.

Dessa forma, podemos notar claramente na disciplina a sua relevância quanto a natureza do desenvolvimento territorial, na medida em que sempre nos voltamos para compreensão do território em seus aspectos físicos/territoriais, socioeconômicos, políticos e culturais de identidade. Assim, para nos basear nestas discussões procuramos fazer uma ligação de algumas notas de aulas com alguns autores que serviram de base para o referencial bibliográfico da Disciplina.

Inicialmente num primeiro bloco de aulas realizamos uma discussão com base no livro de Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna de Robert D. Putman onde foram trabalhados principalmente o capítulo 2 – Mudanças das Regras e o cap. 6 – Capital Social e Desempenho Institucional.

Na sua obra o autor nos apresenta elementos da formação dos territórios Italianos como experiência regional de desenvolvimento. O autor traz uma abordagem da formação das regiões institucionais italianas num período pós-guerra, essencialmente a partir da década de 70, mas que tem continuidade nos anos 80 e 90 na medida em que as transformações históricas, sociais e

ideológicas apareciam como elementos de mudanças de regras.

Nesse contexto, evidenciamos que:

Somente após a II Guerra Mundial, com advento da política democrática e a crescente revolta dos movimentos locais contra a centralização externa, foi que começou a ressurgir o sentimento regionalista [...], a nova Constituição de 1948 estabeleceu eleições diretas para governos regionais. (PUTMAN, 2006, p.35)

Assim, após essa mudança de um Estado Nacionalista e centralizador nas suas decisões locais vamos encontrar uma nova forma regionalista de se fazer política e pensar o desenvolvimento destes territórios. Entretanto, apesar das mudanças e melhorias observadas por alguns especialistas no planejamento de algumas áreas como energia, meio ambiente etc., não podemos tirar conclusões precipitadas acerca destas experiências bem sucedida e extraordinária. Pois percebemos que nesta fase os representantes institucionais estavam muito ligados ao poder central e de certa forma permaneceu o conservadorismo nestas regiões, embora tenham alcançado avanços significativos.

E de uma mudança de regra “regional” ao qual o texto faz menção passando para “Um novo modo de fazer política”, pois alteraram as regras do jogo no governo da Itália como afirma Putman (2006). Essa passagem do autor explica o que vínhamos discutindo anteriormente, sobretudo um novo modo de fazer política nestes governos. Esse período já marca uma transição para esse novo modelo. Isso fica evidente no texto quando o autor afirma que:

Hoje, transcorridos 20 anos de experiência regional, [...] as novas instituições deixaram raízes, ganharam autonomia e conquistaram (lentamente) o apoio do eleitorado. Atraíram um quadro de competentes políticos profissionais. Essa reforma institucional influenciou profundamente o modo de agir dos políticos e do governo italianos. (PUTMAN, 2006, p.74)

Como vimos, a mudança institucional na Itália Moderna foi um processo lento que ocorreu no início da década de 70, mas que somente no final da década de 80 e início da década de 90 estas experiências obtiveram efetivamente resultados positivos. A comunidade cívica e as instituições novas conseguiram se tornar mais próximas, a autonomia e a conquista desses direitos pode ser alcançada por mudanças de perfil que as instituições conseguiram de seus representantes.

Ao final do livro no capítulo 6 o autor aponta a importância do capital social e o desempenho institucional para a construção dos estados regionais na Itália. Percebemos que o grau de participação social demonstrado pela sociedade cívica mostra a diferença das regiões do Norte em relação às regiões do Sul como processo de construção histórica determinada pela cultura civilizatória daquela população.

Podemos evidenciar quando o Autor diz: “Nas regiões menos cívicas, a participação política e social organizava-se verticalmente, e não horizontalmente. [...] Havia pouca participação em associações cívicas. A ilegalidade era previsível. Nessas comunidades as pessoas sentiam-se impotentes e exploradas. [...]” (PUTMAN, 2006, p.191)

As expressões verticalmente e horizontalmente aparecem no texto para distinguir as regiões Norte e Sul da Itália e seu grau de desenvolvimento. Assim, onde as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica, de mútua assistência, cooperativas, sindicatos eram bem mais fortes, como coloca o autor as regiões apresentavam-se bem mais organizadas.

Neste sentido, concordamos com Putman (2006, p, 190) quando coloca que “Esses vínculos cívicos horizontais propiciaram níveis de desempenho econômico e institucional muito mais elevado do que do sul, onde as relações políticas e sociais estruturam-se verticalmente.” Percebemos que no mesmo País há regiões que se desenvolveram mais em relação a outra. Essa diferenciação é resultado do nível de participação social e democrática das regiões na Itália.

## **2.1 Sobre Identidade no território no Brasil**

Para abordarmos o conceito de Identidade no território nos fundamentamos no livro base para disciplina, intitulado *Identidade e Território no Brasil* de Rafael Echeverri Perico, que nos apresenta alguns conceitos relevantes sobre a Identidade no Território tendo como análise o Brasil.

É importante saber distinguir nesta discussão que antes do território vem o espaço que é constituído por um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações como já dizia Milton Santos. E a partir daí podemos compreender que as normas institucionais políticas (poder) constituem os territórios. Segundo Perico (2009, p. 09), que “Entendemos, por território, a dimensão política do espaço – quando este é referido, reconhecido e identificado – enquanto unidade de gestão política que o distingue e atribui existência, de certa forma institucionalizada.”

A partir daí podemos notar que as relações neste espaço ora é institucionalizado ora não, pois, neste mesmo parágrafo Perico (2009) contrapõem que “nem sempre o território constitui uma entidade territorial, como município, província, departamento ou estado.

Segundo PERICO, (2009, p.09) “A identidade, quando associada ao território no contexto político institucional, expressa-se como *territorialidade* que denota o sentimento político, a energia social e a vontade coletiva, que resultam em sentimentos”. Nessa concepção, a territorialidade expressada pelas diversas manifestações simbólicas de identidade que busca neste sentido um forte sentimento político convergindo assim em ações no propósito de possibilitar novas formas de desenvolvimento neste território.

Dessa forma, nossa discussão ganha fundamentação teórico/conceitual a partir de experiências territoriais rurais em outros países. O autor parte para o âmbito do desenvolvimento dos territórios rurais, traz exemplos de casos da América Latina, como México, Colômbia, mostrando como estes países fizeram suas mudanças estruturais e institucionais sob perspectiva do desenvolvimento rural.

Quando observamos estes casos e o do Brasil percebemos o caráter distintivo, principalmente o Brasil, onde as “desigualdades estão presentes no interior das economias locais, regionais, nacionais ou continentais em meio a qual ocorre o desenvolvimento”. Perico (2009).

A discussão que segue esta pesquisa sobre tipologias territoriais realizadas pela SDT/MDA procura buscar sob o ponto de vista do desenvolvimento territorial brasileiro analisando sobre o conceito teórico de território e identidade e suas multidimensionalidades acerca deste conceito, assim faz-se necessário entendê-lo sob várias dimensões. “A dimensão econômica, sociocultural, político-institucional e a dimensão ambiental” (PERICO, p.33 2009).

Para buscar recursos que ajudem na sua fundamentação o autor faz uma definição pontual de alguns conceitos que estão relacionados ao tema como o conceito de Cultura, Identidade, Espaço Geográfico, Território, Territorialidade, Regionalização e Territorialização.

Perico neste texto faz análise do conceito de território tendo como fundamentos teóricos os principais autores da Geografia com Santos, Haesbaert, este último principalmente o principal referência na atualidade que discorre sobre território. Assim, podemos perceber uma das concepção quando o autor aborda que:

Há diversas vertentes sobre a compreensão do território, segundo sua natureza e enfoque de aproximação. Sob o ponto de vista jurídico-político, o território é definido como espaço delimitado e controlado pelo exercício do poder sob a concepção mais subjetiva – cultural e simbólica-, constitui produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço sentido, vivido e compartilhado. (PERICO,2009,p.33)

Segundo esta compreensão podemos ter duas vertentes. A primeira materialista relacionada ao poder jurídico pelo Estado e a outra simbólica e cultural que é subjetiva. Mas dentro destas vertentes podemos perceber alguns desdobramentos acerca deste conceito que não vamos nos aprofundar aqui, pois não é nosso foco central desta discussão e deixamos como sugestão para aprofundamentos teórico sobre o Território o Geógrafo Rogerio Haesbaert<sup>1</sup>.

Assim, para melhor fundamentação procuramos alguns trabalhos que discutem esta questão dos territórios e identidade num contexto mais próximo da nossa realidade. Diante disso pesquisamos o texto de Marcio Caniello; Marc Piraux e Valério Veríssimo de Souza Bastos sobre *Identidade e Participação Social na Gestão do Programa Territórios da Cidadania: um estudo com-parativo* onde os autores analisam a Gestão dos Territórios Rurais sob o olhar da identidade da agricultura familiar e sua influência no grau de participação social na gestão dos colegiados territoriais.

Segundo CANIELLO; PIRAUX; BASTOS (2003, p.95),

Portanto, fica confirmada a hipótese de que quanto maior o “peso” da agricultura familiar na determinação da identidade dos participantes dos colegiados territoriais, maior será o nível de participação social e melhor será o desempenho do chamado “ciclo de gestão social”

A participação social ou coletiva nos territórios da agricultura familiar neste sentido pode ser analisada pelo viés de sua identidade com o território a qual esteja inserido, neste caso analisado acima o da Agricultura Familiar e sua identidade com este território.

---

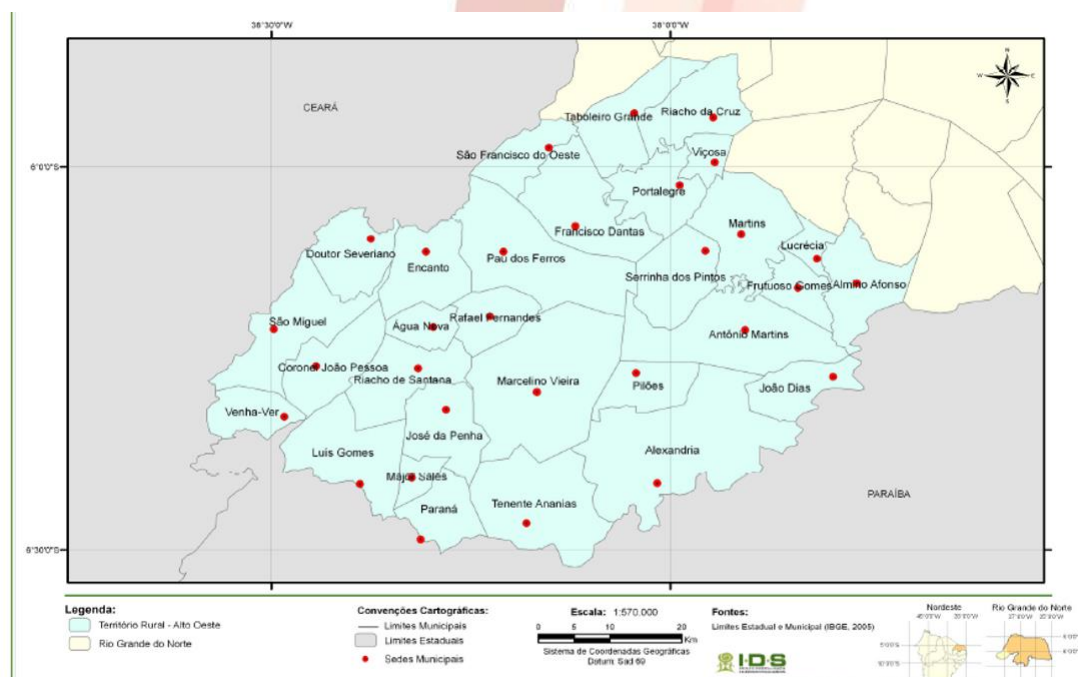
<sup>1</sup> Para melhor aprofundamento teórico acerca do conceito de território ver artigo recente lançado no livro O território: modo de pensar e usar da UFC, 2016 com título: As armadilhas do território. A obra Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Bertrand, Rio de Janeiro, 2014. Além das obras o Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade; Regional-Global: dilemas da Região e da regionalização na geografia contemporânea todas pela Bertrand Brasil.

A coesão social e coletiva evidenciada nestes territórios torna-se dessa forma um aspecto de grande importância para observar o seu (sub) desenvolvimento. Além disso, outros aspectos como a relação com a dimensão ambiental e política também é constituído como requisitos necessários e fundamentais ao desenvolvimento do território.

### 03 Em busca de uma Identidade no Território rural do Alto Oeste Potiguar.

O território da Cidadania do Alto Oeste Potiguar é constituído por trinta municípios, segundo o. (PTDRS, 2010), cujos municípios membros são: Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Antônio Martins, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, João Dias, José da Penha, Luís Gomes, Lucrecia, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Pau dos Ferros, Paraná, Portalegre, Riacho da Cruz, Rafael Fernandes, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Tenente Ananias, Taboleiro Grande, Venha Ver e Viçosa. Mapa 1 representa o território rural do Alto Oeste Potiguar:

Mapa 01 - Território Rural do Alto Oeste Potiguar



Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável- PTDRS, 2010.

Para constituição deste território leva-se em consideração o conceito de território segundo o MDA, 2005, que conceitua como:



Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p.11, *apud PDTRS, 2010*).

Nessa concepção apresentada pelo Plano percebemos que o conceito de território é o que norteia as suas múltiplas dimensões. As dinâmicas socioterritoriais, culturais, econômicas e políticas devem estar presentes e de forma bem articulada. Realmente é uma proposta teórica interessante, mas sabemos que o que acontece de fato nestes territórios em especificamente o do Alto Oeste não é bem assim. A questão que se colocar neste território é buscar mecanismo para relacionar estes aspectos na construção autêntica do desenvolvimento territorial rural.

Assim, quando abordamos a questão da identidade no território buscamos compreender estes conceitos para compreender o (sub) desenvolvimento rural nos territórios logo nos vem à mente tentar relacionar a nossa região ou território. Desta forma esta inquietação nos leva a discutir as seguintes questões: Como o (sub) desenvolvimento do Território Alto Oeste Potiguar está relacionado com a questão de sua identidade no território? Ou quais fatores determinam a Identidade neste território? Ou ainda porque não existe uma autêntica identidade no território do Alto Oeste Potiguar como percebemos nos outros?

São estas questões que logo nos veio à mente quando analisamos os exemplos de outros países que foram tratados neste texto e citados como exemplo de territórios Nacionais como da Itália, Holanda e que conseguiram fazer destes territórios Exemplos no Desenvolvimento rural de suas atividades.

Para tentar responder de certa forma esta problemática, evidenciamos, sobretudo, casos bem sucedidos de como a participação social democrática é fator determinante no processo de desenvolvimento do território. No caso aqui discutido o da experiência da Itália moderna cabe bem ser comparado e citado como exemplo bem sucedido no território.

Voltando mais para nossa realidade podemos analisar em estudos dos territórios rurais do Nordeste segundo (NUNES; SCHENEIDER, 2012), o caso do território Açu/Mossoró no estado do

Rio Grande do Norte.

Segundo os autores acima, um território aonde sua dinâmica é caracterizada recentemente após a década de 70, um período marcado pelo forte processo da globalização econômica e com isso vamos ter impactos desde a escala global até a local nestes territórios. Neste contexto:

A partir dos programas governamentais dos anos 1970 para o Rio Grande do Norte, a exemplo do POLONORDESTE e do Projeto SERTANEJO, se percebe que o modelo exógeno de modernização organizado pelo Estado e baseado na grande empresa agrícola foi direcionado especialmente para o Vale do Açu e para a Chapada do Apodi, região do Polo Açu-Mossoró. (NUNES; SCHENEIDER, 2012, p.15)

Nesse modelo acima percebemos que as regras do jogo eram marcadas pela presença do Estado nas políticas territoriais sendo fortemente capitaneadas com o capital estrangeiro. Isso demonstra claramente um modelo exógeno, excludente, provocando sérios contrastes sociais, econômicos nestes territórios.

Daí se pensarmos em modelo local de desenvolvimento endógeno em que a participação local seja mais presente e as decisões mais descentralizadas, ocasionando assim uma melhor distribuição coletiva e conseqüentemente trazendo melhores condições de vida mais justa e democrática. Pelo que estudamos sobre este modelo institucional, o mesmo se apoia nos princípios do capital mais Estado.

A presença destes dois elementos pode ser observado quando analisamos a dinâmica do território do Açu/Mossoró o qual segue neste desafio de encontrar equilíbrio na busca de seu desenvolvimento.

Para nos fundamentar especificamente em nosso território ou região ainda somos carentes de trabalhos que retrate esta realidade de forma mais científica como os trabalhos acima. Contudo, quando buscamos fazer uma comparação em relação aos territórios analisados como Açu/Mossoró e Alto sertão do Apodi ou mesmo da região do Seridó podemos levantar algumas considerações e assim diagnosticar pontos de partida para estas fundamentações.

Como vimos os territórios do RN admitem algumas particularidades em si que nos permite apontar características quanto sua dinâmica territorial. O polo Açu-Mossoró marcado pela

produção da fruticultura irrigada como vimos acima condicionada pela iniciativa privada e estatal que seletivamente constitui neste território esta dinamização socioeconômica.

No Alto sertão do Apodi vamos encontrar uma forte presença do associativismo, cooperativismo que caracteriza a produtividade deste território bem analisada pelo Professor Emanuel Nunes em notas de aula da disciplina. Suas cadeias produtivas têm uma maior representação econômica e dinamização fortemente influenciadas por estes fatores. Isso também não quer dizer que não vamos encontrar neste território a iniciativa do Estado e da influência privada. Entretanto, quando atreladas aos mesmos objetivos potencializa cada vez mais esta dinâmica no que concerne ao desenvolvimento territorial.

Neste contexto, quando verificamos no “Alto Oeste Potiguar” uma dinamização com seu território, em especial aos arranjos produtivos locais de desenvolvimentos rurais somos levados a considerar que não conseguimos obter melhores resultados em relação aos territórios anteriormente citados. Pois é notório como as relações neste território é marcado por uma ausência de associações comunitárias que os fortaleça enquanto cooperativas em prol do desenvolvimento dos pequenos produtores familiares que não podem concorrer com o grande capital privado que determina as regras do comércio e valores de compra e venda de seus produtos.

Isso faz com que não consigamos construir laços de cooperação e identidade com este território ainda. Nas discussões em sala podemos perceber nitidamente pelas falas do professor Emanuel Marcio Nunes que coordena e participa do Programa Territórios da Cidadania no RN e tem uma experiência com estes territórios e assim tem propriedade no assunto e também nas intervenções dos próprios alunos de diferentes territórios onde residem e podem ver uma distinção acentuada quanto a essa relação de fragmentação e conseqüentemente caracterizando um subdesenvolvimento neste território.

Segundo (NUNES et al, 2015) “O território Alto Oeste tem uma distribuição intensa dos seus municípios com cadeias produtivas e estruturas frágeis de organização coletiva, tendo sua economia dependente fortemente das transferências governamentais.”

Neste contexto concordamos com os autores e na ausência de uma dinamização socioeconômica neste território vamos encontrar os recursos municipais (FPM), e transferências de renda como Bolsa Família e outros programas as únicas fontes de renda a essas populações que vivem nesta região, principalmente na zona rural.

Assim, tentando buscar respostas a estas questões surgem mais inquietações acerca da busca de identidade neste território, embora tenhamos apontado algumas considerações pertinentes a esta discussão somos cientes que é preciso debruçar mais neste território na busca por essa identidade territorial.

Para isso, acreditamos que a continuidade de trabalhos como estes tem uma importância significativa na tentativa de potencializar mais conhecimentos que possam contribuir aos gestores públicos destes municípios os quais fazem parte do Território do Alto Oeste Potiguar no sentido de poder estar trazendo sugestões, capacitações, que venham subsidiar políticas públicas de desenvolvimento rural levando em consideração a identidade territorial como fator determinante neste processo.

#### **04 Considerações Finais**

Diante do exposto sobre os conceitos discutidos na disciplina abordando o desenvolvimento territorial podemos considerar alguns pontos relevantes no tocante ao que nos foi proposto. Neste sentido, a discussão nos permitiu estudar alguns casos de desenvolvimento no território como a experiência na Itália moderna sob seus fundamentos conceituais de democracia e capital social.

Compreendemos a dimensão do território sob várias concepções de desenvolvimento socioeconômico, político, ambiental e cultural fazendo, sobretudo uma análise multiterritorial. Para isso é importante buscar em outros autores como Santos, Souza e Haesbaert, entre outros que vem discutindo o uso deste território na construção deste espaço seja ele nacional, regional ou até mesmo local.

Assim, observamos o Brasil, Nordeste e Alto Oeste do Rio Grande do Norte como escalas de territórios que serviram como análise nessa discussão de (sub) desenvolvimento territorial, especificamente com foco no desenvolvimento rural e desta forma podemos discutir tendo em vista este contexto da perspectiva regional do nordeste utilizando como exemplos de estudo os territórios da cidadania no Estado do Rio Grande do Norte.

Por fim, podemos de certa forma tecer algumas considerações no intuito de propor desafios de entender o território do “Alto Oeste Potiguar” como recorte espacial do Rio Grande do Norte.

Para isso, precisamos antes de tudo buscar nossa identidade com este território no sentido de estar criando uma relação de convivência simbólica e material neste espaço.

Notadamente, somos cientes que apesar dos muitos desafios, ainda temos exemplos a serem seguidos como experiências bem sucedidas. É preciso que se fortaleça ainda mais os Territórios da Cidadania como políticas territoriais de regionalização no País seguindo pelos Estados e municípios num elo participativo e funcional.

Dessa forma, podemos perceber algumas distinções nos territórios do Rio Grande do Norte, uma vez que suas dinâmicas apresentam singularidades que as caracterizam e as definem. Assim, somos levados a buscar uma identidade territorial no Alto Oeste que nos identifique como no Seridó e outras regiões no sentido de se apropriar deste território com sua população potencializando novas formas de produção, comercialização e desenvolvimento rural.

Nesse contexto, a importância do uso do território pelo seu povo permite uma valorização capitalista de mercado expandindo para outras regiões e até exportando para outros países na comercialização dos seus produtos e fazendo criar sua própria identidade. Este talvez seja nosso maior desafio (re) criar nossa identidade com o território aproveitando suas potencialidades de desenvolvimento territorial.

Assim, acreditamos e desafiamos ao mesmo tempo que para construirmos uma sociedade democrática e identitária com seu território precisamos nos apoiar em alguns fundamentos de cultura participativa e coletiva, onde as instituições políticas e civis possam de fato “mudar de regras”, e mais do que nunca aspirarmos novos ares para renascermos, novos valores éticos, socioeconômicos, políticos e culturais num sonho de construção de Estado/Nação em que os territórios em suas múltiplas escalas possam de fato se emanciparem de forma autônoma e democrática inspiradas nos seus valores materiais e imateriais.

Por fim, como coloca Santos (2004) que este território seja sinônimo de território usado, vivido, o território onde as manifestações sociais, e a vida aconteçam numa perspectiva desenvolvimentista socioeconômica, cultural e política proporcionando melhores condições aos sujeitos viventes neste território.

## **Referências Bibliográficas**

CANIELLO, M; PIRAUX, M.; BASTOS, V. Identidade e participação social na gestão do programa Territórios da Cidadania: um estudo comparativo. **Revista Estudos Sociologia e Agricultura**, Rio de Janeiro, V.21, nº 1, p. 84-107. Rio de Janeiro, 2013.

CANIELLO, M. Identidade e qualidade de vida nos territórios da cidadania. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 18 Nº 43, set/dez. p. 300-334, 2016.

NUNES, E; SCHENEIDER, S. Instituições e Desenvolvimento Rural: Uma análise comparativa da diversificação econômica do polo Assú/Mossoró (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, v.43, p. 561-584, jul-set. 2012.

NUNES, E. M.; SCHENEIDER, S. Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: a diversificação da agricultura familiar no Polo Açú –Mossoró (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, V. 44, P. 601-626. 2013.

NUNES, E. M; TÔRRES, F. de L.; SILVA, M. R. F. da; SA, V. C.; GODEIRO, Kallianne Freire. Dinamização Econômica e Agricultura Familiar: limites e desafios do apoio a Projetos de Infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, p. 529-554, 2015.

PUTMAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 5ª ed. Rio de Janeiro. Editora: F.G.V. 2006.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto interamericano de cooperação para a agricultura. 2009.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ALTO OESTE POTIGUAR- PTDRS, 2010. Disponível em: [www.mda.gov.br/download/ptdrs\\_qua\\_territorio134pdf](http://www.mda.gov.br/download/ptdrs_qua_territorio134pdf). Acesso 10/11/2017.

SANTOS, M. **Território e Sociedade**: Entrevista com Milton Santos. 2 ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O espaço do Cidadão**. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. [et al]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3º ed. Lamparina, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço: técnico e tempo, razão e emoção**. 4 ed. 4. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, M. L. O Brasil: **Território e Sociedade no início do Século XXI**. 16º ed. Editora: Record. Rio de Janeiro, 2012.